

**ATA DA REUNIÃO DO CPLS - COMITÊ DE PATRIMÔNIO, LOGÍSTICA E SUSTENTABILIDADE,
INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO GP N. 254, DE 22 DE AGOSTO DE 2022.****3a Reunião Ordinária do ano de 2025**

Data: 05 de agosto de 2025

Horário: início às 16:30h e término às 18h.

Presentes

Exma. Desembargadora Cristiana Maria Valadares Fenelon - Desembargadora coordenadora do Comitê;

Fernanda Melo Costa Paschoalin - convidada, representando a Diretoria-Geral;

Márcia Aparecida Ferreira Campos - representante da Diretoria-Geral;

Júnia Paula Fernandes de Oliveira – representante do Núcleo de Gestão Sustentável;

Rebeca de Castro Rocha - convidada, representando o Núcleo de Gestão Sustentável;

Rafaela Oliveira Câmara Frazão - convidada, representando a Diretoria de Administração;

Otávio Cenachi de Almeida – representante da Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação;

Cynthia Pereira da Silva - convidada, representando a Diretoria de Orçamento e Finanças;

Thaís da Costa Cruz - convidada, Secretária de Governança e Estratégia;

Eugênia Maria de Andrade Carvalho - convidada, representando a Secretaria de Inteligência e Polícia Institucional;

Carolina Santa Rosa Nogueira da Gama - representante da Secretaria de Material e Logística;

Breno Dias Rodrigues - representante da Secretaria de Engenharia;

Pablo Samuel Pissara de Castro - convidado, representando a Secretaria de Gestão de Serviços e Terceirizados;

Neuza Lima Pereira - representante da Secretaria da Escola Judicial;

Cássia Aparecida de Azevedo Fernandes - convidada, representando a Secretaria de Comunicação Social.

Pauta da reunião:

1. Resultado do IDS;
2. Plano de descarbonização (análise, aprovação e determinação de três ações de redução de emissões, incluindo instalação ou ampliação de sistemas de energia solar, para implementação até 30.09.2025);

3. Prestação de contas por cada área com relação ao cumprimento das metas a elas estabelecidas (janeiro a julho);
4. Implementação de pelo menos três ações de redução de emissões; e
5. Inclusão da SEGEST como unidade integrante do CPLS, e indicação do servidor membro.

Deliberações:

1) Resultado IDS (Índice de Desenvolvimento Sustentável).

Júnia, representante do Núcleo de Gestão Sustentável (NGS), iniciou a reunião apresentando o resultado do IDS dos Tribunais Regionais do Trabalho, no qual o TRT3 ficou em 6º lugar, com 71% de aproveitamento. Dentre os tribunais de grande porte, o TRT3 ocupa a 2ª posição, atrás somente do TRT4 (Rio Grande do Sul).

Junia destacou que, apesar do desempenho geral satisfatório, o TRT3 foi citado no relatório do IDS sob um viés negativo. No âmbito de impressões per capita, todos os demais tribunais ficaram abaixo do quantitativo médio do Judiciário, exceto o TRT3 que superou 1.000 impressões per capita.

Números dos tribunais de grande porte:

- TRT 3: 1.014
- TRT 2: 565
- TRT 1: 384
- TRT 4: 361
- TRT 15: 257

Restou deliberado que a Desembargadora Coordenadora do CPLS apresentará ao Tribunal Pleno, na próxima reunião, os dados de impressões aqui mencionados.

Sobre o consumo de energia elétrica e água/esgoto, os dados do TRT3 estão a contento. Ainda não temos cômputo para energia renovável, o que em breve deve ser alterado, em razão do andamento de processo para contratação de usina de geração fotovoltaica. Tal item passou a ser obrigatório para todos os tribunais.

Acerca do item “usuários por veículo”, o índice do TRT3 não está favorável:

- TRT 14: 196
- TRT 15: 140
- TRT 12: 100
- TRT 11: 89
- TRT 3: 81

A representante da SINPI, Eugênia, informou que o compartilhamento de veículos pelos usuários vem ocorrendo entre servidores e juízes de 1º grau. Júnia informou que muitos tribunais fazem o compartilhamento de forma mais efetiva, alguns possuem sistema de compartilhamento.

Foi apresentada por alguns membros presentes a situação de limitação do horário para servidores usarem o serviço de transporte, havendo vedação por parte da unidade coordenadora do serviço de transporte do uso de veículos por servidores nos períodos de 11h às 14h, e após às 16h. Apontaram, na oportunidade, vários inconvenientes nas rotinas

das diversas unidades que precisam utilizar os veículos para comparecer a reuniões e eventos externos, executar serviços e acompanhamento de serviços em locais diversos do prédio onde trabalham. Ficou deliberado que o CPLS aguarda um retorno da SINPI sobre tal restrição.

Ainda na seara dos veículos no relatório IDS, o TRT3 ainda não possui veículo sustentável. A representante da SINPI sinalizou que a unidade já está se movimentando nesse sentido, providenciando testes drives e estudos sobre tais modelos de veículos.

2) Prestação de contas por cada área com relação ao cumprimento das metas a elas estabelecidas para o PLS (janeiro a julho).

Júnia iniciou o acompanhamento das metas estabelecidas pelo item “papel”. Carolina, representante da SEML, informou que em agosto/2025, o TRT3 já está quase atingindo o consumo de papel de 2024. Acrescentou que tem orientado o servidor da SEML responsável pelo envio de materiais a cortar pela metade todos os pedidos de papel, e sugeriu que talvez seja interessante fazer o comunicado às áreas que mais utilizam papel, a exemplo do que foi feito para as impressões. NGS irá fazer novo estudo de volumetria do consumo de papel e impressões, e levá-lo a conhecimento.

Sobre o item “água envasada”, a SEGEST será acionada para reportar ao CPLS o acompanhamento e evolução da meta estabelecida para o PLS. Nesse ponto, Carolina comunicou que, a pedido do NGS, já enviou e instalou purificadores para unidades que eram grandes consumidoras de água envasada em garrações (Centro Cultural, Escola Judicial, Arquivo Geral).

Sobre as metas de TI, Otávio, representante da DTIC, informou que a quantidade de equipamentos de impressão está dentro da meta estabelecida, e que a tendência atual é a redução porque as impressoras próprias vão sendo descontinuadas à medida que os suprimentos para elas vão acabando. Assim sendo, não há como haver aumento do quantitativo de equipamentos próprios de impressão, o que confere um panorama promissor para o alcance da meta.

Já no tocante à redução da quantidade de impressões, Otávio mencionou que dependem das ações do Tribunal nesse sentido. Ele irá gerar novo relatório de impressões por unidade e enviar ao NGS.

Júnia e Rebeca passaram rapidamente pelo ranking de volumetria de impressões de todas as lotações do Tribunal, a fim de apresentar alguns dados alarmantes.

Para “energia elétrica”, Breno, representante da Secretaria de Engenharia, informou que a evolução da meta está 5% abaixo do ano passado, que já estava 20% abaixo da meta, o que configura um cenário de tranquilidade para este item. Informou, ainda, que o Pregão Eletrônico para contratação da instalação de usina fotovoltaica está marcado para setembro/2025, e lembrou que agora já temos uma usina no novo prédio da Rua Paracatu.

No quesito “água e esgoto”, Breno informou que estamos mantendo os números praticados no ano passado, e que estes já estavam abaixo da meta.

Em “gestão de resíduos”, Breno informou que cumprimos sempre 100% porque já se prevê em todos os contratos celebrados a obrigatoriedade da destinação adequada dos resíduos, configurando uma obrigação contratual das empresas.

Para “reformas e construções”, Breno esclareceu que para o índice “gasto com reforma”, a meta é “acessibilidade”, e que estão tendo problemas com a empresa contratada para fazer os estudos de acessibilidade dos prédios da Capital, sendo provável que haja sanção e necessidade de nova licitação. Em virtude desse fato, o atingimento da meta é improvável.

Para o “gasto com vigilância eletrônica”, a SINPI irá fazer o levantamento do acompanhamento da meta e enviar ao NGS. Sobre a quilometragem, Eugênia mencionou que houve redução em comparação com o ano passado, principalmente em razão das campanhas de solidariedade no uso dos veículos, sendo que, em 2024, a quilometragem média mensal foi de 43.938 km, enquanto em 2025, até o dia anterior a esta reunião estava em 33.157 km, com tendência consistente de redução.

No item “uso de etanol para abastecimento dos veículos”, a representante da SINPI também irá colher os dados e enviar ao NGS. Na oportunidade, informou que os carros modelo Corolla não respondem efetivamente ao uso do etanol, pois apresentam defeitos quando se utiliza tal combustível. Indicou, ainda, que estão sendo feitos estudos para análise da possibilidade de troca dos Corollas.

Sobre o item “gastos com serviços gráficos”, a representante da SECOM, Cássia, comunicou que, de acordo com a planilha preenchida, o limite máximo da meta já foi atingido, com indícios, portanto, de ser ultrapassado. Júnia exemplificou que o calendário é um dos elementos gráficos que mais impactam o gasto. Thaís, representante da SEGE, lembrou que já foi deliberado no próprio CPLS que os calendários devem ser feitos apenas sob demanda, ou seja, as áreas devem manifestar sobre a quantidade de calendários desejados, a fim de se evitar desperdício, pois é sabido que muitas unidades devolvem os calendários que não são considerados úteis. Thaís reforçou a necessidade de que a SECOM faça uma campanha, um formulário para que as áreas possam indicar quantos exemplares de calendários precisam receber.

No âmbito das “capacitações em sustentabilidade”, Neuza, representante da Escola Judicial, informou que foram 7 ações culturais/educacionais dentre várias temáticas necessárias, e ocorrerão outras ações já programadas para o segundo semestre. Como a meta era de 3 ações, o TRT já superou com louvor o índice almejado.

3) Inclusão da SEGEST como unidade integrante do CPLS, e indicação do servidor membro.

Júnia ressaltou a importância de que a SEGEST componha o CPLS, e não seja apenas uma unidade convidada, em razão das diversas matérias tratadas pelo Comitê e que são afetas à mencionada unidade.

Restou deliberada a inclusão da SEGEST na composição do CPLS, com a indicação da servidora Maria Eugênia como membro titular.

4) Plano de descarbonização (análise, aprovação e determinação de três ações de redução de emissões, incluindo instalação ou ampliação de sistemas de energia solar, para implementação até 30.09.2025) e implementação de pelo menos três ações de redução de emissões.

Rebeca informou que será necessário refazer o Plano de Descarbonização, pois o CNJ encaminhou uma cartilha informando todos os requisitos que devem constar no Plano. Será necessário, por exemplo, acrescentar um tópico de redução de pegada de carbono; planejamento de médio a longo prazo para gerar economia; fortalecimento da imagem institucional. A estrutura mínima é: diagnóstico com descrição das emissões atuais (que já foi feito por meio do Inventário); ações de mitigação e ações de compensação (para essas precisamos definir quais serão indicadas, junto com suas metas); e cronograma para implementação, que deve se dar até 2030.

Até 30.09.2025, entretanto, é preciso apresentar ao CNJ a implementação de três ações de redução de emissões, incluindo instalação ou ampliação de sistemas de energia solar.

Rebeca ressaltou que tais ações devem ser pensadas anualmente. Todo ano precisaremos informar novas ações.

Em síntese, serão apresentadas ao CNJ:

- Ações de redução: substituição dos extintores de incêndio por extintores a pó; implantação de energia fotovoltaica no prédio da Rua Paracatu; e aproveitamento da água proveniente dos condicionadores de ar, também na Paracatu.
- Ação de compensação: plantio das mudas de árvores.

Ficou acertado que a SENG enviará ao NGS as informações sobre cronograma de implantação e estratégia de monitoramento da ação de implantação de energia fotovoltaica e de aproveitamento da água proveniente dos condicionadores de ar. O NGS irá solicitar à SEGPRES as mesmas informações quanto aos extintores de incêndio.

Júnia encerrou a pauta da reunião.

Nada mais a registrar.

Para constar, eu, Rafaela Oliveira Câmara Frazão, assessora técnica da Diretoria de Administração (UAE), lavrei esta ata.